

DNO	d) Deixar de notificar ao órgão competente para homologação de produtos aeronáuticos, dentro do prazo regulamentar, qualquer defeito ou mau funcionamento, acidente ou incidente de que, de qualquer modo, tenha ciência, desde que esse defeito ou mau funcionamento venha a afetar a segurança de voo e possa repetir-se nas demais aeronaves ou produtos aeronáuticos cobertos pelo mesmo projeto de tipo aprovado;	10.000	20.000	CSL	f) Construir campo de pouso sem licença, utilizar campo de pouso sem condições regulamentares de uso, ou deixar de promover o registro de campo de pouso;	5.000	10.000
				IEE	g) Implantar ou explorar edificação ou qualquer empreendimento em área sujeita a restrições especiais com inobservância destas;	10.000	20.000
DMC	e) Descumprir ou deixar de adotar, após a notificação a que se refere o número anterior e dentro do prazo estabelecido pelo órgão competente, as medidas de natureza corretiva ou sanadora de defeitos ou de mau funcionamento;	10.000	20.000	PDP	h) Promover ou conceder, direta ou indiretamente, qualquer modalidade de desconto, prêmio, bonificação, utilidade ou vantagem aos adquirentes de bilhetes de passagem ou frete aéreo;		20.000
VI - INFRAÇÕES IMPUTÁVEIS A PESSOAS NATURAIS OU JURÍDICAS NÃO COMPREENDIDAS NOS GRUPOS ANTERIORES				PPS	i) Promover publicidade de serviço aéreo em desacordo com os regulamentos aeronáuticos, ou com promessas ou artifício que induza o público em erro quanto às reais condições do transporte e de seu preço;		20.000
COD		P. FÍSICA	P. JURÍDICA	ESA	j) Explorar serviços aéreos sem concessão ou autorização;	5.000	20.000
EST	a) Executar ou utilizar serviços técnicos de manutenção modificação ou reparos de aeronaves e de seus componentes, em oficina não-homologada;	5.000	10.000	VAP	k) Vender aeronave de sua propriedade, sem devida comunicação ao Registro Aeronáutico Brasileiro - RAB, ou deixar de atualizar, no RAB, a propriedade de aeronave adquirida;	2.000	2.000
ESR	b) Executar serviços de recuperação ou reconstrução em aeronave acidentada, sem liberação do órgão competente;	5.000	10.000	IEA	l) Instalar ou manter em funcionamento escola ou curso de aviação sem autorização da autoridade aeronáutica;	5.000	10.000
CSM	c) Executar serviços de manutenção ou de reparação de aeronave e de seus componentes, sem autorização do órgão competente;	5.000	15.000	DRP	m) Deixar o proprietário ou operador de aeronave de recolher, na forma e nos prazos da respectiva regulamentação, as tarifas, taxas, preços públicos ou contribuições a que estiver obrigado;	3.000	6.000
ASH	d) Utilizar-se de aeronave sem dispor de habilitação para sua pilotagem;	5.000					
SSA	e) Executar qualquer modalidade de serviço aéreo sem estar devidamente autorizado;	5.000	15.000				

## Ministério da Educação

### GABINETE DO MINISTRO

#### PORTARIA Nº 810, DE 24 DE AGOSTO DE 2007

Institui o Comitê de Informação e Informática do Ministério da Educação, COMINF-MEC.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições e objetivando modernizar o modelo de gestão da tecnologia da informação e comunicação resolve:

Art. 1º Instituir o Comitê de Informação e Informática do Ministério da Educação - COMINF-MEC, com o objetivo de definir políticas e diretrizes, coordenar e articular as ações de tecnologia da informação e comunicação.

Art. 2º O COMINF-MEC será constituído pelo titular da Secretaria Executiva do Ministério da Educação - a quem caberá presidi-lo - e pelos seguintes representantes:

I - Subsecretário de Assuntos Administrativos do MEC;

II - Coordenador-Geral de Informática e Telecomunicações do MEC;

III - Diretor de Administração e Tecnologia do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;

IV - Coordenador-Geral de Informática da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES;

V - Diretor de Tratamento e Disseminação de Informações Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP.

Parágrafo único. Cada um dos representantes mencionados neste artigo deverá indicar um suplente.

Art. 3º Compete ao COMINF-MEC:

I - propor políticas de articulação e implantação de projetos para a racionalização da aquisição e da utilização da infra-estrutura, dos serviços e das aplicações de tecnologia da informação e comunicação no âmbito do MEC;

II - estabelecer as diretrizes para a formulação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação do MEC e de suas autarquias, bem como do Plano Estratégico de Informação Unificado;

III - definir diretrizes e estratégias para o planejamento da oferta de serviços e informações por meio eletrônico pelas unidades do MEC;

IV - definir padrões de integração, qualidade e segurança de informações;

V - definir mecanismos de racionalização de gastos e de apropriação de custos na aplicação de recursos em tecnologia da informação e comunicação;

VI - definir diretrizes e orientações para fins de proposição e revisão dos projetos do plano plurianual, sobre as propostas orçamentárias dos órgãos e entidades do MEC, relacionados com a aplicação de recursos, investimentos e custeio na área de tecnologia da informação e comunicação;

VII - coordenar e articular as ações visando a prospecção e adoção de novas tecnologias;

VIII - estabelecer ações visando a integração de sistemas e informações, democratizando o acesso às pessoas que deles necessitam.

Art. 4º O COMINF-MEC poderá constituir grupos de trabalho com a finalidade de examinar e propor soluções para temas específicos.

§ 1º Poderão ser convidados a participar dos grupos de trabalho representantes de órgãos e entidades públicas, privadas e de organizações não-governamentais.

§ 2º O ato de constituição do grupo de trabalho definirá seus objetivos específicos, sua composição e prazo para a conclusão dos trabalhos.

Art. 5º O COMINF-MEC apresentará relatórios trimestrais de suas atividades ao Ministro de Estado da Educação.

Art. 6º A Secretaria Executiva do MEC proverá o apoio técnico-administrativo necessário ao funcionamento do COMINF-MEC.

Art. 7º A participação no COMINF-MEC e nos grupos de trabalho não enseja remuneração de qualquer espécie, sendo considerada serviço público relevante.

Art. 8º O Secretário Executivo do MEC convocará as reuniões do COMINF-MEC.

Art. 9º As deliberações do COMINF-MEC dar-se-ão por maioria simples dos seus membros.

Art. 10º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

#### PORTARIA Nº 811, DE 24 DE AGOSTO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e tendo em vista o Parecer nº 61/2007, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo nº 23000.007102/2006-55, do Ministério da Educação, resolve

Art. 1º Aditar o ato de credenciamento contido no Decreto nº 9.632, de 22 de agosto de 1946, publicado no DOU, em 05 de setembro de 1946, aprovando o pedido de criação do campus fora de sede, a ser instalado na Avenida Sebastião Davino dos Reis, nº 786, bairro Jardim Tupanci, na cidade de Barueri, no Estado de São Paulo, vinculado a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, mantida pela Fundação São Paulo, ambas com sede na cidade e Estado de São Paulo, nos termos do art. 24, §1º do Decreto nº 5.773/2006.

Art. 2º Nos termos do art. 10, §7º do referido Decreto, o credenciamento é válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação da Universidade, abrangendo também o campus fora de sede neste ato credenciado, que integrará o ciclo avaliativo do SINAES, subsequente a este ato, referente à avaliação das instituições de educação superior, realizado em conformidade com o art. 59 e seguintes do mesmo Decreto.

Art.3º Autorizar o funcionamento dos cursos de Administração, bacharelado, com 200 (duzentas) vagas anuais, turno noturno; de Ciências Econômicas, bacharelado, com 100 (cem) vagas anuais, turnos matutino e noturno; e de Educação Física, licenciatura, com 200 (duzentas) vagas anuais, turnos matutino e noturno, a serem ministrados no campus de Barueri, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com validade até o fim do prazo para expedição do ato de reconhecimento, nos termos do art. 35 do Decreto nº 5.773/2006.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

#### PORTARIA Nº 812, DE 24 DE AGOSTO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 02 de 10 de janeiro de 2007, e no Parecer CNE/CES nº 66/2007, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, conforme consta do Processo nº 23000.001050/2006-11, Registro SAPIEnS nº 20050012090, do Ministério da Educação, com a legislação aplicável, resolve

Art. 1º Credenciar a Universidade Paranaense, com sede na Praça Mascarenhas de Moraes, s/n, Centro, mantida pela Associação Paranaense de Ensino e Cultura, ambas com sede na cidade de Umuarama, Estado do Paraná, para oferta de Cursos Superiores a distância, pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Parágrafo único. Os momentos presenciais obrigatórios dos cursos superiores a distância, nos termos do §2º do Art. 2º da Portaria Normativa nº 2, de 10 de janeiro de 2007, serão realizados na sede da Universidade Paranaense e nos pólos: TOLEDO, com endereço a Avenida Parigot de Souza, nº 3636, Jardim Prada; GUAÍRA, com endereço a Rua Carlos Gomes, nº 558, Centro; PARANAVAÍ, com endereço na Avenida Huberto Bruning, nº 360, Jardim Santos Dumont; CIANORTE, com endereço a Avenida Brasil, nº 1123, Centro; CASCAVEL, com endereço a Rua Rui Barbosa, nº 611, Jardim Cristal; FRANCISCO BELTRÃO, com endereço a Av. Julio Assis Cavalheiro, nº 2000, Bairro Industrial, no Estado do Paraná.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do referido Decreto, o credenciamento é válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação que integrará o ciclo avaliativo do SINAES, subsequente a este ato, referente à avaliação das instituições de educação superior, realizado em conformidade com o art. 59 e seguintes do mesmo Decreto.

Parágrafo único. Caso entre a publicação desta portaria e o calendário para a realização do ciclo avaliativo citado no caput venha a ocorrer interstício superior a cinco anos, a instituição deverá solicitar seu credenciamento, observadas as disposições processuais pertinentes, tendo em vista o prazo máximo do primeiro credenciamento estabelecido no art. 13, § 4º, do mesmo Decreto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

#### PORTARIA Nº 813, DE 24 DE AGOSTO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e tendo em vista o Parecer nº 129/2007, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo nº 23000.021480/2006-41, do Ministério da Educação, resolve

Art. 1º Aditar o ato de credenciamento contido no Decreto nº 9.155, de 08 de abril de 1946, publicado no DOU, em 12 de abril de 1946, aprovando o pedido de criação dos campi fora de sede, Anísio Teixeira, a ser instalado na Av. Olívia Flores, 3.000, Candeias, na cidade de Vitória da Conquista, e Reitor Edgard Santos, a ser instalado na Rua Prof. José Seabra, s/nº, Centro, na cidade de Barreiras, ambos no Estado da Bahia, vinculados a Universidade Federal da Bahia, com sede na cidade de Salvador, no Estado da Bahia, mantida pela União, nos termos do art. 24, §1º do Decreto nº 5.773/2006.

Art. 2º Nos termos do art. 10, §7º do referido Decreto, o credenciamento é válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação da Universidade, abrangendo também os campi fora de sede neste ato credenciados, que integrarão ciclo avaliativo do SINAES, subsequente a este ato, referente à avaliação das instituições de educação superior, realizado em conformidade com o art. 59 e seguintes do mesmo Decreto.

Art.3º Autorizar o funcionamento dos cursos de Enfermagem, Farmácia, Nutrição e Saúde Coletiva, com 40 (quarenta) vagas totais anuais cada um, no turno matutino, a serem ministrados no campus Anísio Teixeira, e de Engenharia Sanitária e Ambiental, Geologia - habilitação em Recursos Hídricos, Geografia - licenciatura e bacharelado, Biologia - habilitação em Gestão Ambiental, Química - licenciatura, e Administração - Gestão Pública, com 40 (quarenta) vagas totais anuais cada um, no turno matutino, a serem ministrados no campus Reitor Edgard Santos, com endereço referido no Art. 1º desta Portaria, pela Universidade Federal da Bahia, com validade até o fim do prazo para expedição do ato de reconhecimento, nos termos do art. 35 do Decreto nº 5.773/2006.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

#### PORTARIA Nº 814, DE 24 DE AGOSTO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e no Parecer nº 152/2007, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, conforme consta do Processo nº 23000.003321/2004-01, Registro SAPIEnS nº 20041001054, do Ministério da Educação, resolve

Art. 1º Recredenciar o Centro Universitário Filadélfia, mantido pelo Instituto Filadélfia de Londrina, instalado na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 1626, Bairro Centro, ambos com sede na cidade de Londrina, no Estado do Paraná.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do referido Decreto, o credenciamento é válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação que integrará o ciclo avaliativo do SINAES, subsequente a este ato, referente à avaliação das instituições de educação superior, realizado em conformidade com o art. 59 e seguintes do mesmo Decreto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD